

O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe **2023**



CEPAL

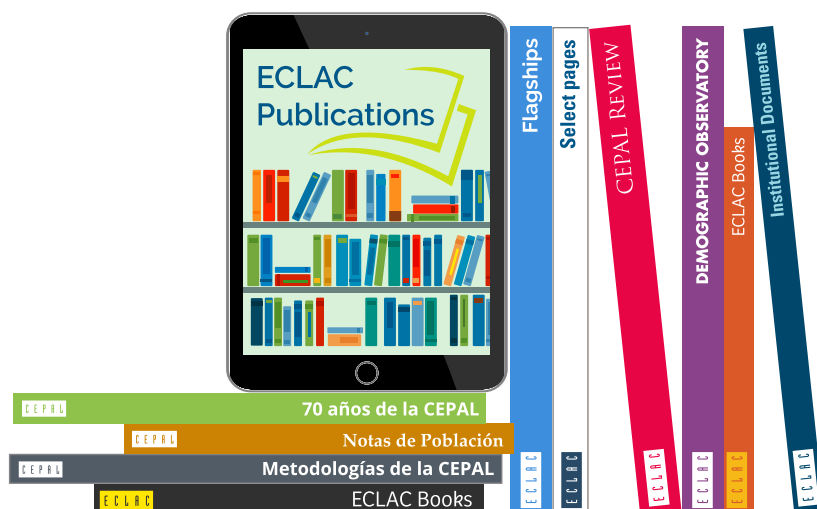


75
anos

Trabalhando por
um futuro produtivo,
inclusivo e sustentável



Thank you for your interest in this ECLAC publication



Please register if you would like to receive information on our editorial products and activities. When you register, you may specify your particular areas of interest and you will gain access to our products in other formats.

[Register](#)



UNITED NATIONS

ECLAC



www.cepal.org/en/publications



www.instagram.com/publicacionesdelacepal



www.facebook.com/publicacionesdelacepal



www.issuu.com/publicacionescepal/stacks



www.cepal.org/es/publicaciones/apps

Resumo executivo

O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe **2023**



CEPAL



José Manuel Salazar-Xirinachs

Secretário Executivo

Raúl García-BuchacaSecretário Executivo Adjunto
para Administração e Análise de Programas**Marco Llinás Vargas**

Diretor Interino da Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial

Sally Shaw

Diretora da Divisão de Documentos e Publicações

O presente relatório *O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe* é a edição correspondente a 2023 da série anual publicada pela Unidade de Investimentos e Estratégias Empresariais da Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Sua elaboração esteve a cargo de Andrea Laplane, Stephania Mageste, Nikolas Passos e Nunzia Saporito, sob a coordenação de Cecilia Plottier. As bases de dados foram elaboradas por Leandro Cabello.

Recebemos contribuições e comentários de José Manuel Salazar-Xirinachs, Marco Llinás Vargas, Martín Abeles, Vianka Aliaga, Jennifer Alvarado, Hugo Beteta, Horacio Castellaro, Pablo Chauvet, Martín Cherkasky, Carlos de Miguel, Marco Dini, Marina Gil, José Javier Gómez, Alvaro Lalanne, Mauricio León, Santiago Lorenzo, Jorge Mario Martínez, Georgina Núñez, Leda Peralta, Gabriel Porcile, Daniel Taccari, Joseluis Samaniego, Jeannette Sánchez, Cecilia Vera e Paul Wander.

Agradecemos a contribuição das autoridades do governo e dos executivos de empresas consultados para a elaboração do documento.

A versão completa desta publicação em espanhol e em inglês está disponível no site da CEPAL <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ie>.

As observações e sugestões sobre o conteúdo deste documento podem ser dirigidas a Cecilia Plottier (maria.plottier@cepal.org).

Os limites e os nomes que figuram nos mapas incluídos neste documento não implicam seu apoio ou aceitação oficial pelas Nações Unidas.

Publicação das Nações Unidas

LC/PUB.2023/10 • Distribuição: G • Copyright © Nações Unidas, 2023 • Todos os direitos reservados
Impresso nas Nações Unidas, Santiago • S.23-00391

Notas explicativas dos elementos gráficos:

Os três pontos indicam que os dados faltam, não constam separadamente ou não estão disponíveis.

O travessão indica que a quantidade é nula ou desprezível.

A vírgula é usada para separar os decimais.

A palavra "dólares" refere-se a dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário.

A barra colocada entre cifras que expressam anos (por exemplo, 2022/2023) indica que a informação corresponde a um período de 12 meses que não coincide necessariamente com o ano civil.

Já que às vezes se arredondam as cifras, os dados e as porcentagens apresentados nos elementos gráficos nem sempre somam o total correspondente.

Esta publicação deve ser citada como: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe, 2023. Resumo executivo* (LC/PUB.2023/10), Santiago, 2023.

A autorização para reproduzir total ou parcialmente esta obra deve ser solicitada à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Divisão de Documentos e Publicações: publicaciones.cepal@un.org. Os Estados Membros das Nações Unidas e suas instituições governamentais podem reproduzir esta obra sem autorização prévia. Solicita-se apenas que mencionem a fonte e informem à CEPAL tal reprodução.

Resumo executivo

A. Panorama do investimento estrangeiro direto na América Latina e no Caribe	5
B. O investimento estrangeiro direto em energias não renováveis: desafios para a transição energética na América Latina e no Caribe.....	7
C. O investimento estrangeiro direto em energias renováveis: estratégias para impulsionar a transição energética na América Latina e no Caribe.....	10
Bibliografia.....	12

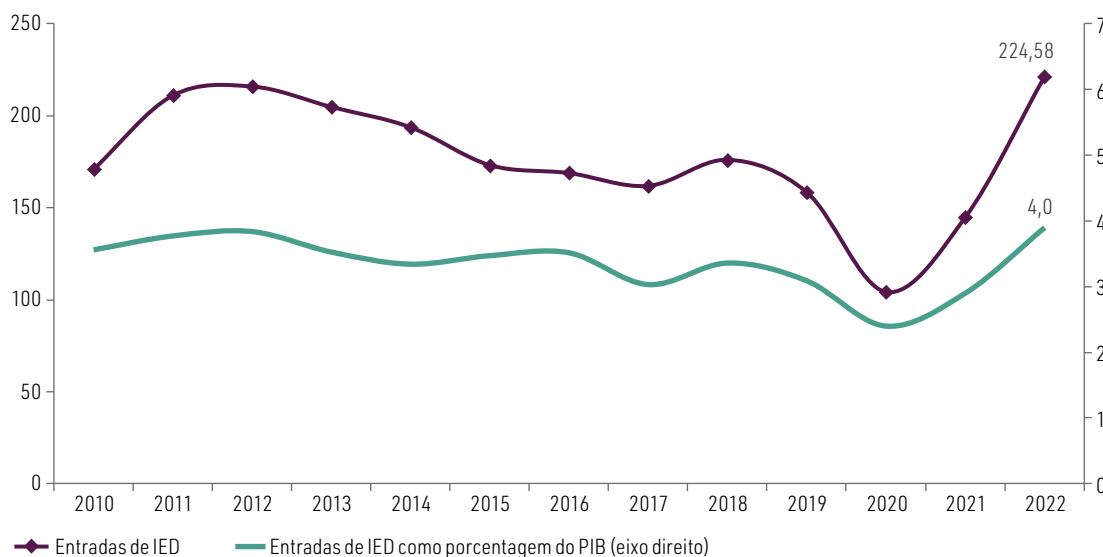
A. Panorama do investimento estrangeiro direto na América Latina e no Caribe

Em 2022, as entradas mundiais de investimento estrangeiro direto (IED) diminuíram 12% e totalizaram 1,29 trilhão de dólares, em um processo fortemente marcado por vultosos desinvestimentos em Luxemburgo. De fato, sem considerar esta situação em Luxemburgo, o aumento das entradas mundiais de IED em 2022 foi de 11%. O valor das fusões e aquisições transfronteiriças no mundo caiu 6% em 2022 em relação ao ano anterior, principalmente devido às menores vendas de empresas nos Estados Unidos (-53%), na União Europeia (-8%) e Ásia (-17%) (UNCTAD, 2023). Os anúncios de IED, que refletem as intenções de investimento no futuro, aumentaram em 2022, principalmente em setores estratégicos do ponto de vista tecnológico e político, como, em particular, o setor das energias renováveis. O valor dos anúncios de projetos de IED no mundo aumentou 64% e alcançou um valor de 1,2 trilhão de dólares.

Na América Latina e no Caribe o aumento do investimento estrangeiro direto alcançou um valor recorde. Em 2022 ingressaram na região 224,579 bilhões de dólares de IED, cifra 55,2% superior à registrada em 2021 e o valor máximo desde que se iniciou o registro. Desde 2013 as entradas de IED na região não superavam 200 bilhões de dólares, o que transforma a recuperação de 2022 em um marco importante para os investimentos da última década. Esta recuperação foi constatada nas principais economias receptoras e se caracterizou por um acentuado interesse nos investimentos em serviços, um renovado interesse nos investimentos em hidrocarbonetos e a continuidade dos investimentos em manufaturas nos países onde se acumularam maiores capacidades. Com este aumento, o peso das entradas de IED no PIB da região também aumentou e chegou a 4,0% (veja o gráfico 1).

Gráfico 1

América Latina e Caribe: investimento estrangeiro direto recebido, 2010-2022
(Em bilhões de dólares e porcentagens do PIB)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras e estimativas oficiais de 30 de junho de 2023.
Nota: Informação segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), *Manual de Balanza de Pagos y Posición de Inversión Internacional: Sexta Edición (MBP6)*, Washington, D.C., 2009, exceto nos casos da Guiana e Peru. A partir de 2016 não se conta com informação sobre a República Bolivariana da Venezuela. Não se conta com dados de 2022 sobre Barbados e Haiti.

O Brasil foi o principal país receptor da região (com 41% do total), seguido pelo México (17%). Ambos os países receberam mais IED do que em 2021, mas o aumento das entradas de IED no Brasil foi maior e explica 56% da variação interanual de toda a região. Deste modo, a América do Sul foi a sub-região que registrou o maior aumento de entradas de IED em comparação com 2021.

Em 2022, observou-se aumento de todos os componentes da IED em comparação com 2021; entre eles destaca-se o crescimento do reinvestimento de lucros e os empréstimos entre empresas. O reinvestimento de lucros converteu-se no principal componente do IED na região, chegando a representar 43% do total, com um aumento de 50% em relação ao ano anterior. Isto pode ser atribuído ao fato de que muitas empresas provavelmente retiveram seus lucros em 2020 devido aos efeitos da pandemia de COVID-19 e em 2021 e 2022 dirigiram esses lucros para a retomada de suas atividades. Os aportes de capital, o segundo componente com maior peso, representaram 36% das entradas de IED na região em 2022, com um aumento de 22% em comparação com 2021. Os empréstimos entre empresas apresentaram o maior crescimento percentual entre os diversos componentes (283%) e alcançaram uma participação de 21% no total de entradas de IED na região.

A análise das fusões e aquisições na região mostra que houve um aumento do interesse dos investidores estrangeiros em empresas que operam na região. Em comparação com 2021, em 2022 as fusões e aquisições transfronteiriças na América Latina e no Caribe aumentaram tanto em número (7%) quanto em valor (57%) e foram concretizadas 327 operações, no total de 30,147 bilhões de dólares. Apesar da evolução positiva, o valor mobilizado continua abaixo dos níveis anteriores à pandemia. Mais uma vez, o Brasil foi o país cujos ativos interessaram mais as empresas transnacionais e representou o destino de 31% do valor destas operações na região em 2022, o que representa um crescimento de 18% em comparação com o fraco desempenho de 2021. O México ocupa o segundo lugar, com 29%. Em quase todos os países foram realizadas mais transações do que em 2021. A Jamaica, por sua vez, apresentou um valor recorde de transações na última década: 1,6 bilhão de dólares, relacionados com uma venda no setor das telecomunicações.

Quanto aos anúncios de projetos, em 2022 observou-se uma melhoria das perspectivas de investimento para o futuro. Após experimentar uma queda em 2020 e 2021, o valor dos novos projetos de IED na região aumentou 92,5% em 2022 e alcançou um nível próximo de 100 bilhões de dólares. O número de anúncios aumentou 15,3% e chegou a 1.413 projetos. No entanto, tanto o número como o valor dos projetos anunciados ficaram abaixo dos níveis recordes registrados em 2018 e 2019. Os valores dos anúncios se concentraram nos grandes projetos, principalmente nos setores de petróleo e gás, mineração e energias renováveis.

Ao analisar as entradas de IED nos países que contam com informação setorial, observa-se que em 2022 os serviços concentraram a maior proporção (54%), seguidos pela manufatura (30%) e pelos recursos naturais (17%). O menor crescimento relativo foi registrado nos investimentos em serviços (35%). De todo modo, com este aumento, o setor de serviços foi o único que alcançou níveis superiores às médias históricas, inclusive o valor de 2022 foi 10% superior ao máximo anterior, que havia sido alcançado em 2017. O crescimento nos serviços ocorreu de maneira relativamente homogênea na região, com um aumento de 47% no México, 32% no Brasil e 28% como média dos demais países.

Os investimentos em manufaturas, que em anos anteriores vinham registrando uma tendência à baixa, cresceram 46% em relação a 2021, mas ainda estão 17% abaixo dos níveis de 2019. A tendência a longo prazo de redução dos investimentos em manufaturas, observada desde 2013, não se reverteu e o nível se manteve 50% abaixo do máximo de 2013. O crescimento interanual mais pronunciado aconteceu no Brasil (157%), onde a redução a longo prazo dos investimentos manufatureiros é mais notável (passou de uma média de 36 bilhões de dólares entre 2010 e 2014 para 19,642 bilhões de dólares em 2022).

Em 2022 as saídas de investimento estrangeiro direto da América Latina e do Caribe alcançaram níveis históricos, com um total de 74,677 bilhões de dólares, o que representa um aumento de 80% em relação ao ano anterior. Esta cifra, devida principalmente a um crescimento significativo dos investimentos externos do Brasil e México, é a mais alta registrada desde que se começou a compilar esta série nos anos 90 e supera em mais de 30 bilhões de dólares o montante investido em 2021. Este desempenho poderia ser explicado, em parte, pelo atraso na realização dos investimentos anunciados em 2019, devido à pandemia de COVID-19.

Por último, o desafio de atrair e reter investimento estrangeiro direto que contribua para o desenvolvimento sustentável e inclusivo da região continua mais vigente do que nunca e os países deverão realizar esforços de política relevantes se quiserem contar com IED que apoie seu processo de desenvolvimento e materialize o potencial que esse investimento tem para a construção de capacidades, a criação de empregos de qualidade, a transferência de tecnologia e a diversificação e sofisticação da matriz produtiva. Uma das principais justificativas para destinar recursos públicos à atração de investimentos é o potencial da IED para promover encadeamentos produtivos e a transferência de conhecimentos e tecnologia, apoiando o crescimento econômico (CEPAL, 2010).

Os instrumentos de política diversificaram-se na América Latina e no Caribe, como no resto do mundo; de toda forma, as medidas tributárias continuam sendo a base dos principais incentivos para a atração de investimentos. Embora os incentivos fiscais possam ter certa influência nas decisões de investimento, não são suficientes para atrair investimentos: é necessária uma combinação de fatores diversos, entre os quais se incluem a infraestrutura, as capacidades produtivas, as habilidades e um conjunto de atividades complementares ao longo da cadeia de valor, o que implica a necessidade de articular os esforços de atração de IED com outros esforços que geralmente se realizam no âmbito das políticas e agendas de desenvolvimento produtivo.

No entanto, a experiência dos países da América Latina e do Caribe no que diz respeito a políticas de atração de investimentos é relativamente recente, observando-se a necessidade de que os países da região melhorem a formulação das políticas de atração de investimentos e fortaleçam suas capacidades institucionais nesta matéria. É fundamental que se avance na articulação dos esforços dirigidos a atrair IED com as estratégias de desenvolvimento produtivo e que esse investimento comece a ser utilizado com maior direcionalidade como uma ferramenta estratégica para avançar nos processos de desenvolvimento sustentável.

B. O investimento estrangeiro direto em energias não renováveis: desafios para a transição energética na América Latina e no Caribe

Os esforços realizados no âmbito internacional para mitigar rapidamente a mudança climática criaram uma grande pressão para o desinvestimento no setor dos hidrocarbonetos. Os compromissos assumidos por países e empresas visando reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) nas próximas décadas fazem da busca por fontes de energia renováveis o núcleo de suas estratégias de descarbonização. No entanto, ante o aumento dos preços da energia provocado principalmente pelo conflito entre a Federação da Rússia e a Ucrânia, o debate sobre a transição energética adquiriu novos contornos, vinculados sobretudo à segurança energética.

Apesar dos esforços internacionais dirigidos à descarbonização, observa-se uma tímida retomada dos fluxos de investimento estrangeiro direto no setor das energias não renováveis, especialmente à luz da recuperação do preço dos hidrocarbonetos, da descoberta de fontes de energia não convencionais e da difusão e menor custo das tecnologias necessárias para viabilizar sua exploração e

comercialização. Além disso, os níveis insuficientes de investimento em energias renováveis observados desde 2015 indicam que as fontes de energia não renováveis continuarão sendo relevantes nas próximas décadas (AIE, 2022) e que as empresas continuarão investindo na exploração, refinação e comercialização de hidrocarbonetos.

No âmbito mundial, nos últimos anos, os valores dos anúncios de novos projetos (*greenfield*) superaram em geral os volumes de compra de ativos existentes. Embora estas cifras não sejam diretamente comparáveis por sua natureza (os primeiros se referem a intenções de investimento, enquanto as compras de ativos mediante fusões e aquisições se referem a transações concluídas) e mostram uma grande volatilidade, observa-se que os novos projetos foram o principal meio de internacionalização das empresas do setor das energias não renováveis.

A região da América Latina e do Caribe é a quinta região de destino dos anúncios de investimentos no setor (9% do total) e é a última região de origem dos projetos anunciados (2% do total). De modo similar ao que acontece no resto do mundo, a internacionalização do setor de petróleo, carvão e gás natural na região ocorreu com um predomínio dos anúncios de projetos de novo investimento. Durante o período examinado, a região foi o destino de anúncios de investimento em projetos novos no valor de aproximadamente 9,15 bilhões de dólares por ano, enquanto as fusões e aquisições apresentaram uma média de cerca de 5,723 bilhões de dólares por ano. Não obstante, a volatilidade inerente ao setor dos hidrocarbonetos dificulta a identificação de um padrão ou uma tendência clara, já que grandes anúncios ou operações se traduzem em importantes variações interanuais dos montantes totais.

Ao comparar os valores dos anúncios de projetos e das fusões e aquisições transfronteiriças na América Latina e no Caribe entre 2015 e 2022, observa-se que as empresas transnacionais do setor do petróleo e gás interessadas em investir em países da região tendem a utilizar diversos instrumentos em função da etapa da cadeia de valor onde é feita a operação e do nível de presença que já têm no país-alvo. Além disso, os investimentos costumam se complementar entre si, tanto se correspondem a diversas modalidades (fusões e aquisições ou novos projetos de investimento) como a diferentes etapas da cadeia de valor. Os investimentos na etapa que compreende as atividades de prospecção, exploração, produção e desmantelamento (*upstream*) da cadeia de valor do petróleo, carvão e gás natural costumam ser o ponto de partida para a execução da estratégia das empresas transnacionais na América Latina e no Caribe. Assim se define a expansão de seus investimentos na ampliação de projetos existentes, em outros empreendimentos similares ou em outras etapas da cadeia de valor —a etapa que compreende as atividades de transporte e armazenamento do petróleo cru e do gás natural (*midstream*) ou a que abrange as atividades de refinação ou processamento do petróleo cru e do gás natural, sua distribuição, venda e uso final (*downstream*)—, que favoreçam o processamento e distribuição dos hidrocarbonetos explorados.

Na América Latina e no Caribe, o valor anunciado a cada ano em projetos de energias renováveis entre 2010 e 2021 superou o das energias não renováveis, e a participação das energias não renováveis passou de 24% do total de anúncios em 2005 para somente 5% em 2021. Apesar disso, em 2022 o aumento do valor dos anúncios de projetos em petróleo, gás e carvão na região, impulsionado por um grande projeto na Guiana, fez com que esse total superasse o correspondente aos anúncios em energias renováveis pela primeira vez em mais de dez anos. Por esse motivo, o setor das energias não renováveis continua sendo um setor destacado quanto às perspectivas de investimentos futuros na região.

A importância dos ativos petrolíferos na região também resultou na concretização de um volume considerável de fusões e aquisições transfronteiriças. Em 2022, o setor de petróleo, gás natural e carvão foi o terceiro em que se alcançaram mais acordos deste tipo na região, com 21% do total (enquanto as energias renováveis representaram 5% e ocuparam o quinto lugar).

A dinâmica das entradas de IED no setor das fontes de energia não renováveis na América Latina e no Caribe reflete não só a grande volatilidade inerente ao setor, derivada principalmente das flutuações dos preços dessas fontes de energia nos mercados internacionais, mas também a descoberta de novas fontes de hidrocarbonetos na região e as mudanças na estrutura dos mercados locais. A regulação das entradas de capital estrangeiro na indústria é um fator de relevância para entender as dinâmicas do IED no setor.

No entanto, os investimentos no setor estão marcados por incertezas. Um dos fatores de risco que se destaca são os ativos encalhados, que de maneira prematura ou imprevista passam a ser contabilizados como perdas (*write-off*), experimentam reavaliações para baixo ou se convertem em passivos por algum fator exógeno (Caldecott e outros, 2016). No contexto da transição energética, as reservas de combustíveis fósseis e os demais investimentos de capital para a exploração, produção e refinação destas fontes de energia que não podem ser empregadas devido à necessidade de alcançar os compromissos climáticos assumidos se transformam em passivos antes do período de recuperação (*payback*), ou pode-se forçar o desmantelamento antecipado destas instalações, que se convertem assim em ativos encalhados (Nunes e Costa, 2021). Dependendo do contexto do país, a inclusão deste tipo de risco nos cálculos de viabilidade dos projetos pode provocar uma hesitação nos investimentos de curto prazo e inclusive instabilidade nos mercados financeiros (Nunes e Costa, 2021). Na região, estima-se que o nível de capital prematuramente retirado do setor energético alcançaria entre 37 e 90 bilhões de dólares nos próximos 30 anos (Binsted e outros, 2020).

Outro elemento importante para a análise dos futuros investimentos na cadeia de valor das energias não renováveis no contexto da transição energética são as tecnologias de captura e armazenamento de dióxido de carbono (CO₂) e de captura, utilização e armazenamento de carbono. Essas tecnologias baseiam-se em processos que separam o CO₂ das fontes de emissão industriais e o armazenam e isolam da atmosfera no longo prazo, ou utilizam o carbono capturado para que possa ser aproveitado em processos industriais (IPCC, 2005). A região conta com potencial geológico para o uso destas tecnologias, especialmente no contexto de novas instalações (Nunes e Costa, 2021). No entanto, estas tecnologias ainda apresentam custos elevados e até o momento não foram implementados projetos de grande escala em nível comercial no mundo, apesar dos incentivos anunciados recentemente por alguns países, em particular os Estados Unidos.

Este cenário atribui aos governos da região um papel ainda mais relevante. Por um lado, são responsáveis por definir em que regime serão explorados os recursos não renováveis, qual será sua política de exploração e como será utilizada a receita da atividade em benefício da sociedade. Além disso, os governos devem ter um papel ativo na definição da forma em que estes recursos serão maximizados, seja mediante a promoção de atividades econômicas em outras etapas da cadeia de valor dos hidrocarbonetos, ou na promoção do desenvolvimento produtivo de outros setores. Também é importante destacar seu papel na análise da viabilidade de incentivar a adoção em grande escala de tecnologias como a captura e armazenamento de CO₂ ou a captura, utilização e armazenamento de CO₂, essenciais para o futuro da indústria de hidrocarbonetos.

Por outro lado, os governos devem ser o principal ator na coordenação de estratégias para o êxito da transição energética na região. Sua responsabilidade inclui garantir a redução radical das atividades energéticas não renováveis como exigem os compromissos climáticos, além de mitigar seus efeitos negativos e seus custos econômicos e sociais, sobretudo em termos de investimentos, emprego e renda. Uma de suas funções centrais consiste em desenvolver políticas de longo prazo que promovam os investimentos em fontes de energia renováveis para que a transição seja rápida e segura, e não deixe para trás a região, num contexto em que a energia procedente de fontes limpas é um fator competitivo. Também se destaca o papel da cooperação internacional, na qualidade de fonte tanto de diretrizes e conhecimentos técnicos, como de recursos e tecnologias que possibilitem uma transição energética justa.

C. O investimento estrangeiro direto em energias renováveis: estratégias para impulsionar a transição energética na América Latina e no Caribe

As energias renováveis foram um dos principais elementos dinamizadores dos investimentos internacionais. Em 2005, os anúncios de investimento estrangeiro em energias renováveis representavam somente 6% do valor total dos anúncios de investimento estrangeiro em energia em todo o mundo; em 2022, representavam 80%.

O interesse das empresas internacionais nas fontes de energia renováveis foi impulsionado sobretudo pela crescente competitividade do setor. O custo da geração de energias renováveis, em particular energia solar fotovoltaica e energia eólica, diminuiu em todo o mundo devido aos avanços tecnológicos. Entre 2010 e 2020, o custo nivelado médio global dos projetos em energia solar fotovoltaica caiu 85%, o dos projetos em energia eólica em terra caiu 56% e o dos projetos em energia eólica no mar 48% (AIE, 2022).

Os países desenvolvidos conseguiram combinar as políticas dirigidas a desenvolver os mercados internos com a busca por novos mercados internacionais, fazendo com que esses países liderem os investimentos internacionais em energias renováveis e concentrem o desenvolvimento das tecnologias para a produção de energias renováveis. Entre 2005 e 2022, os anúncios de empresas europeias representaram 61% do valor total dos anúncios de IED no setor. Empresas da Europa, principalmente da Itália, Espanha e França, foram os principais investidores em todas as regiões do mundo, exceto na Ásia e no Pacífico, onde os investimentos intrarregionais predominam.

No âmbito mundial consolidou-se o predomínio das tecnologias solar e eólica, e a maioria dos projetos de IED anunciados eram dirigidos a elas. Entre 2005 e 2022, a energia eólica atraiu projetos de IED no valor de 570 bilhões de dólares, a energia solar 444 bilhões de dólares e a energia proveniente da biomassa e dos biocombustíveis 170 bilhões de dólares. As três tecnologias representaram 70% do valor de todos os anúncios do setor. As agendas políticas dos países desenvolvidos orientadas a promover a transição energética tiveram um impacto significativo nas tecnologias verdes emergentes, sobretudo nas de armazenamento e nas de hidrogênio verde. Desde 2016, essas tecnologias geraram anúncios no valor de 210 bilhões de dólares, o que constitui 14% do total, e em 2022 representaram cerca de 40% do valor dos anúncios de IED do mundo.

Na América Latina e no Caribe o setor das energias renováveis foi um dos que atraíram mais investimentos estrangeiros e ocupa o terceiro lugar quanto aos valores anunciados. No período 2005/2022 houve mais de 800 anúncios de projetos de IED dirigidos a esse setor da região, no total de quase 170 bilhões de dólares. De 2010 até 2021, os anúncios de investimentos em energia limpa superaram a cada ano os investimentos em energias fósseis.

Brasil, Chile, México, Panamá e Peru foram os principais países de destino e em conjunto atraíram mais de 80% do valor de todos os anúncios dirigidos à região. No entanto, na maioria dos países da região o IED foi objeto de um processo de reconfiguração e orientou-se para as energias renováveis. Entre 2005 e 2022, empresas de países da União Europeia foram responsáveis por 63% do valor de todos os projetos de IED em energias renováveis anunciados na região. Em consonância com a tendência mundial, as tecnologias solar e eólica atraíram o maior número de projetos de IED e representaram mais de 70% do valor de todos os anúncios de investimentos em energias renováveis.

Os anúncios de investimentos em energias renováveis na região alcançaram um ponto máximo em 2019, quando foram anunciados mais de 120 projetos, no total de 20,5 bilhões de dólares. Desde a irrupção da pandemia de COVID19 observou-se uma importante desaceleração, que teve principalmente duas causas: o aumento do custo do capital para executar projetos de energia solar e eólica e a reconfiguração da agenda energética da Europa e dos Estados Unidos. Em 2022, os anúncios de projetos no setor das energias renováveis tiveram uma recuperação e aumentaram 30% em relação a 2021: foram anunciados 37 projetos, no total de 10,4 bilhões de dólares.

Os países da América Latina e do Caribe estão numa posição privilegiada para aproveitar a transição energética, pois neles há mercados energéticos desenvolvidos e um grande potencial quanto à dotação de recursos de energias renováveis. Nas últimas décadas, os países da região avançaram na ecologização da matriz energética e hoje dispõem de uma matriz de geração elétrica que se encontra entre as mais limpas do mundo. No entanto, a geração de energias renováveis foi impulsionada principalmente pela grande capacidade hidrelétrica instalada. Os efeitos da mudança climática e as alterações da intensidade da chuva aumentam a vulnerabilidade das fontes hídricas e exigem diversificar as fontes de geração de energia renovável para além da energia hidrelétrica (AIE, 2021). A expansão da capacidade instalada de outras tecnologias, em particular da energia solar e eólica, representa uma grande oportunidade para acelerar a transição energética da região e diversificar a matriz energética.

Adicionalmente, a experiência internacional mostra que o setor energético pode dar lugar a articulações produtivas nos setores relacionados com a transição. Por um lado, as atividades vinculadas com a cadeia de valor das energias renováveis, desde as relativas aos minerais críticos e ao desenvolvimento da tecnologia até as que se referem à prestação de serviços de engenharia, construção e manutenção, representam uma oportunidade para fortalecer as capacidades produtivas e desenvolver novos setores de serviços. Por outro lado, contar com energias limpas pode aumentar a eficiência energética da região e fomentar a realização de atividades produtivas mais intensivas em energia, como ocorre no caso do hidrogênio verde. Dispor de uma oferta crescente de energia de fontes renováveis não só será essencial para atender a demanda cada vez maior da região, mas poderia se converter em um ativo estratégico para atrair investimentos para outros setores, não só o das energias renováveis.

Para impulsionar a transição energética nos países da América Latina e do Caribe será preciso satisfazer necessidades importantes de financiamento. Dado que nos países da região existe pouco espaço fiscal para aumentar o investimento em energias renováveis nas magnitudes necessárias para obter a transição energética, é fundamental que os governos contem com políticas e instrumentos adequados que lhes permitam atrair investimentos privados da região e do mundo. De acordo com a Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA, 2021), para alcançar os objetivos formulados os investimentos no setor deverão duplicar até 2030 e crescer ainda mais até triplicar os níveis atuais.

Embora a América Latina e o Caribe sejam um destino estratégico para os investimentos em energias renováveis, a fim de obter os recursos necessários para promover a transição energética deve-se estabelecer estratégias de médio e longo prazo que mobilizem investimentos nacionais e internacionais para o desenvolvimento das energias renováveis. O IED pode desempenhar um papel fundamental na hora de acelerar a transição energética, facilitar a transferência tecnológica e possibilitar as tecnologias emergentes. No entanto, é necessário formular as políticas de investimentos no contexto mais amplo das políticas para a transição energética, levando em conta os fatores que determinam os investimentos, as forças de mercado e o desenvolvimento das tecnologias no âmbito internacional para calibrar o conjunto de instrumentos e orientar os investimentos para as tecnologias, os setores ou as etapas da cadeia que forem prioritários. É necessário que essas agendas se apoiem em mecanismos institucionais que possibilitem a articulação entre os diferentes âmbitos do setor público, entre o setor público e o privado e entre os diferentes níveis.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2023) indicou que a transição energética é uma das áreas de ação estratégicas para impulsionar a recuperação da região. Uma transição energética bem feita poderia se transformar em uma vantagem comparativa para atrair investimentos em outros setores, como as indústrias intensivas em energia, e para atrair atividades que complementam as energias renováveis, como as que se relacionam com o hidrogênio verde e o desenvolvimento de tecnologias neutras em carbono. Em um mercado internacional muito dinâmico, os países da região têm uma grande oportunidade de avançar no enfrentamento deste importante desafio.

Bibliografia

- AIE (Agência Internacional de Energia) (2022), *World Energy Outlook 2022*, Paris.
- (2021), *Climate Impacts on Latin American Hydropower*, Paris.
- Binsted, M. e outros (2020), “Stranded asset implications of the Paris Agreement in Latin America and the Caribbean”, *Environmental Research Letters*, vol. 15, N° 4, abril.
- Caldecott, B. e outros (2016), *Los activos abandonados: el desafío del riesgo climático. Resumen ejecutivo*, Banco Interamericano de Desarrollo (BID), Washington, D.C.
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) (2023), *América Latina y el Caribe en la mitad del camino hacia 2030: avances y propuestas de aceleración* (LC/FDS.6/3), Santiago.
- (2010), *O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe, 2009* (LC/G.2447-P), Santiago.
- IPCC (Grupo Intergovernamental de Especialistas em Mudança Climática) (2005), *IPCC Special Report on Carbon Dioxide Capture and Storage*, B. Metz e outros (eds.), Cambridge University Press.
- IRENA (Agência Internacional de Energias Renováveis) (2021), *World Energy Transitions Outlook: 1.5°C Pathway*, Abu Dhabi.
- Nunes, R. de C. e H. K. de M. Costa (2021), “Chapter 5 - Carbon capture and storage technologies and efforts on climate change in Latin American and Caribbean countries”, *Carbon Capture and Storage in International Energy Policy and Law*, H. K. de M. Costa e C. Arlota (eds.), Elsevier.
- UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) (2023), *Investment Trends Monitor*, N° 44



Inscrições do sistema de numeração maia incluídas em códices pré-hispânicos. Baixo relevo no caracol do edifício da sede da CEPAL em Santiago.

www.cepal.org

Ante uma globalização em processo de reconfiguração e um panorama mundial de entradas de investimento estrangeiro direto (IED) heterogêneo e com quedas nos principais receptores mundiais, em 2022 as entradas de IED na América Latina e no Caribe cresceram pelo segundo ano consecutivo (55,2%) e totalizaram 224,579 bilhões de dólares, o maior valor desde que começou o registro.

O primeiro capítulo deste relatório oferece um panorama da evolução mundial e regional do IED e propõe recomendações para que estes investimentos contribuam aos processos de desenvolvimento produtivo dos países da região. O segundo capítulo analisa os investimentos no setor energético, fundamentais para explicar a evolução recente do IED mundial e regional, bem como o papel deste tipo de investimento nas energias não renováveis e os desafios para a transição energética. O terceiro capítulo analisa o IED nas energias renováveis e sugere estratégias para impulsionar a transição energética na região.



Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)
Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)
www.cepal.org



LC/PUB.2023/10